

ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



PSD precisa decidir: vai com Arruda ou terá Plano B?

O PSD precisa tomar uma decisão até segunda-feira (14) sobre manter a candidatura de José Roberto Arruda ao Palácio do Buriti ou substituí-lo por outro nome. Se isso ocorrer, o novo candidato deve ser o presidente regional do partido, Paulo Octávio. Arruda afirma que não há plano B. “Vou até o fim”, garante. Mas a decisão final deve ser tomada amanhã em uma reunião entre Arruda, Paulo Octávio e o presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, a quem cabe a palavra final. A expectativa no partido é de que há uma grande chance de levar a disputa para o segundo turno com a governadora Celina Leão (PP), que concorre à reeleição. Mas há um risco de o PSD ficar sem candidato. É que a situação de Arruda está sub judice. A participação dele nas eleições depende ainda do julgamento de um recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra a decisão unânime do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) que negou o registro da candidatura ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Ed Alves/CB/D.A.Press



Reprodução/Instagram



A fila anda...

A ex-primeira-dama Mayara Noronha, candidata a deputada federal pelo Podemos, vive uma nova fase. Além de entrar na política, a ex-mulher de Ibaneis Rocha parece ter encontrado um novo caminho na vida pessoal. Nas redes sociais, ela postou ontem o cartão que recebeu de um admirador, combinando um jantar

hoje à noite. “Mayara, você foi a minha maior surpresa”. A advogada comentou: “Às vezes, a vida encontra jeitos simples de lembrar que novos ciclos podem começar quando a gente menos espera. Há flores que chegam só para enfeitar o dia. Outras parecem anunciar uma nova estação”, escreveu.

Prêmio Engenho de Comunicação tem comissão julgadora



O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro; a secretária de Desenvolvimento Social do DF, Giselle Ferreira; a diretora do Espaço Cultural do TCU, Eliza Bruno; a jurista Eliziane Carvalho, do Sistema CNA-Senar; e o professor Bruno Nalon, coordenador da graduação em Jornalismo no Ceub, integram a Comissão Julgadora do 22º Prêmio

Engenho de Comunicação — O Dia em que o Jornalista Vira Notícia. Formado por notáveis da sociedade civil, o júri, constituído ontem, vai escolher os finalistas e vencedores da tradicional premiação do jornalismo produzido a partir de Brasília. Criada e presidida pela jornalista Katia Cubel (foto), a premiação prestigia veículos e profissionais em diferentes categorias. A festa de anúncio dos vencedores será realizada em 10 de novembro, em Brasília.

Corpos Políticos, a obra sobre as mulheres

A socióloga Raissa Rossiter lança em 17 de setembro a obra *Corpos Políticos*. Com histórias de 14 autoras, incluindo a dela, o livro documenta o que a política faz com a vida das mulheres. “Muda a perspectiva. Mudam as perguntas. Mudam as histórias que passam a ser contadas”, diz Raissa. Segundo ela, é sobre isso que trata *Corpos Políticos*: narrativas de resistência, acesso e permanência de mulheres no poder. O lançamento será no Glória Café, Livraria e Espaço Cultural, na 313 Norte, a partir das 19h.



Contação de histórias

A escritora, professora e contadora de histórias Nyedja Gennari lança hoje seu mais novo livro infantil *A Lenda do Lago Paranoá*. O evento ocorre no Espaço da Contemplação do Clube do Exército, promovendo o encontro de duas datas emblemáticas para a capital: os 67 anos do Lago Paranoá e os 124 anos do nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Às 17h em ponto começa a contação da história. A entrada é gratuita.

Ed Alves CB/DA Press



Candidatos a combater crimes como o que tirou a vida de Rodrigo Castanheira

A morte trágica do adolescente Rodrigo Castanheira, em abril, agredido por outro jovem, Pedro Turra, transformou dois personagens diretamente relacionados ao caso em candidatos nas eleições deste ano. Ricardo Castanheira, pai do rapaz, que sofreu violência na saída de uma festa em Águas Claras, filiou-se ao PL e concorre com discurso contra a violência a uma vaga de deputado distrital. O delegado do caso, Pablo Aguiar (PSD), que apurou as circunstâncias do crime, também é candidato a distrital nas eleições de outubro. Os dois defendem medidas para evitar que esse tipo de violência volte a ocorrer.

Ed Alves CB/DA Press



Carlos Gandra/CLDF



Delegados no páreo

Além de Pablo Aguiar, cinco outros delegados registraram candidatura a deputado distrital. São eles: Deputada Doutora Jane (Republicanos), que busca um segundo mandato; Deputada Karen (União); Delegado Fernando Fernandes (Republicanos), que já exerceu um mandato e não se reelegeu na última eleição; Delegado Jonatas (MDB) e Delegado Laércio (Avante).

Edgar Marra/Divulgação



TSE quer lista feminina para vaga no TRE-DF

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) devolveu a lista tríplice formada por juristas para a vaga de suplente de desembargador no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), composta pelos advogados Thaís Maria Riedel de Rezende Zuba, Leandro Dias Porto Batista e Guilherme Pereira Dolabella Bicalho. A determinação é de que a lista que será encaminhada ao presidente Lula para nomeação conte com três mulheres, dentro das regras de incentivo à participação feminina nas Cortes eleitorais. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) deverá manter Thaís Riedel e escolher outras duas advogadas.

Os doutores na disputa à Câmara Legislativa

Entre os 430 candidatos a deputado distrital, 23 se identificam como doutores. Na linguagem popular, essa identificação se refere a médicos e advogados, além de cidadãos que concluíram o doutorado. No pedido de registro das candidaturas à Câmara Legislativa, entre os que usam a apresentação de doutor ou doutora, há médicos ou servidores da área de saúde e advogados. Entre os médicos: Dr. Caio Gracco (Avante), Dr. Gutemberg (DC), Dr. Lucimir (Democrata), Dr. Petrus (Novo), Dra. Carolina Maia (Missão), Dra. Atena Oliveira (Novo), Dra. Fabi (União), Dra. Natalia Matias (PSOL) e Dra. Mônica (Democrata). Na odontologia: Dra. Suzana Lima (União). Na biomedicina: Dra. Angelica Caraiña (Democrata). Entre os advogados: Dr. Jacinto (Novo), Dr. Eric Gustavo (Novo), Dr. Hélio Gomes (Avante), Dr. Klebes Rezende (Pode), Dr. Vincenzo (PSD), Dra. Cris (PL), Dra. Lucilene Fernandes (PSDB), Dra. Tânia Sister (Novo). Há, ainda, servidores públicos que se identificam como doutores: Dr. Wendel Moreira (Mobiliza), Dr. Candido Teles (MDB) e Dra. Kellen Guerra (PL). Há também a deputada distrital Doutora Jane (Republicanos), que concorre à reeleição.



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb



Julgamento da ADI foi suspenso. Medida favorece Arruda, mas ele só terá candidatura garantida com decisão do TSE

Gilmar: mudanças na Lei da Ficha Limpa em 2026

» ANA MARIA CAMPOS

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o julgamento sobre a constitucionalidade das regras que estabelecem um limite para a inelegibilidade de políticos condenados, mas a situação do ex-governador José Roberto Arruda (PSD) permanece indefinida. A Lei Complementar 219/2025 que alterou a Lei da Ficha Limpa permanece em vigor, até que os ministros do STF digam o contrário, o que só deve ocorrer depois do primeiro turno das eleições. Mas o registro da candidatura de Arruda depende do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Se o STF tivesse concluído o julgamento e considerado a lei inconstitucional, certamente Arruda estaria fora das eleições. Ele depende do enquadramento de seu caso ao dispositivo que criou um teto de 12 anos de inelegibilidade para condenações em proces-

sos com conexão, ou seja, que tramem do mesmo tema. Mas, mesmo com a lei em vigor, Arruda não está liberado para disputar o Palácio do Buriti. O TSE precisa derrubar o entendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) de que a primeira condenação de Arruda decorrente da Operação Caixa de Pandora, ocorrida em 2014, tem ligação com o objeto das demais seis ações contra ele julgadas precedentes em segunda instância. O grupo político de Arruda avalia os cenários. O recurso deve chegar na segunda-feira ao TSE, onde será distribuído a um relator. Os advogados do ex-governador precisam convencer a maioria do plenário de que todas as ações, originadas da delação premiada de Durval Barbosa, estão coligadas. Fazem parte, segundo as ações do Ministério Público, de um mesmo esquema de desvio de recursos de contratos públicos para compra de apoio político ao governo de Arru-

da — negado por ele. A expectativa é de que o processo no TSE seja julgado antes do primeiro turno das eleições. Nesta segunda-feira, acaba o prazo para troca de candidaturas, segundo determina a legislação eleitoral, em casos de morte, cassação ou renúncia. Depois disso, a chapa de Arruda não poderá ser alterada e ficará fora da disputa eleitoral caso o TSE negue o registro do ex-governador. O PSD pode ir para o tudo ou nada e aguardar um desfecho do processo da candidatura de Arruda até a última instância, o STF. Outra opção seria substituir o candidato ao GDF.

ADI

Foi retomado e paralisado, ontem, o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as mudanças na Lei da Ficha Limpa que entrarão em vigor a partir da edição da Lei Complemen-

tar 219/2025 e reduziram os prazos de inelegibilidades. O ministro Gilmar Mendes, decano do STF, proferiu seu voto e abriu a divergência ao propor que as alterações de limites de penas de inelegibilidade previstas na Lei Complementar 219/2025 valham para as eleições de 2026. O ministro avalia que os dispositivos que alteram os prazos de inelegibilidade são inconstitucionais, mas deu um prazo de 18 meses para adaptação. A ministra Cármen Lúcia, relatora da ADI 7881, proposta pela Rede Sustentabilidade, considerou a lei inconstitucional e foi seguida pelo ministro Luiz Fux. Logo depois do voto de Gilmar Mendes, o ministro Flávio Dino pediu destaque no julgamento, que deverá agora migrar do plenário virtual para o presencial. Ainda não há previsão da data em que o processo entrará na pauta do plenário. Em meio a uma crise no STF, a expectativa de advogados é

Ed Alves CB/DA Press



Decano do STF, Gilmar Mendes proferiu seu voto e abriu divergência

de que o julgamento só deve ocorrer após o primeiro turno das eleições, em 4 de outubro. Enquanto a lei não for julgada inconstitucional pelo STF, continuam em vigor as regras que alteraram a Lei da Ficha Limpa, como o prazo máximo de inelegibilidade de 12 anos em situações de condenações em processos com conexão. Entre os políticos que dependem das novas regras para con-

seguir o registro de suas candidaturas, estão o ex-governador José Roberto Arruda e o ex-deputado Eduardo Cunha (Republicanos-MG). “A decisão do ministro Gilmar Mendes foi muito boa e importante. Mas agora temos de esperar uma decisão do plenário e não temos como prever quando ocorrerá”, afirma o advogado Francisco Emerenciano, que representa Arruda.